

Ex-chefe da PRF é preso sob suspeita de interferir na eleição



O ex-diretor-geral da PRF Silvinei Vasques desembarca em Brasília após ser preso pela PF. Paulo Ladeira/Folhapress

Silvinei Vasques é preso sob suspeita de interferência da PRF na eleição presidencial

Diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal no final do mandato de Bolsonaro é alvo de mandato de prisão expedido pelo Supremo

Marcelo Rocha, João Gabriel e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA A Polícia Federal prendeu nesta quarta-feira (9) o ex-diretor-geral da PRF (Polícia Rodoviária Federal) Silvinei Vasques, em uma operação sobre as suspeitas de interferência da corporação no segundo turno das eleições presidenciais de 2022. Os agentes federais também cumpriram dez mandados de busca e apreensão nos estados de Santa Catarina (onde o ex-diretor da PRF foi preso preventivamente), Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, além do Distrito Federal. As buscas incluíam endereços ligados a Silvinei.

As ordens foram expedidas pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Intimada a se manifestar sobre o pedido de diligências da PF, a PGR (Procuradoria-Geral da República) opinou contra, por entender que bastaria a busca e o interrogatório do investigado. Responsável pela defesa do ex-diretor da PRF, o advogado Eduardo Nostrani Simão afirmou que acompanharia o depoimento e que "pedirá reconsideração da decisão em tempo e modo". O criminalista não comentou o mérito das suspeitas que pesam contra o servidor aposentado.

Silvinei foi um dos diretores mais próximos de Bolsonaro e chegou a ser convocado no dia da eleição, sob o risco de ter a prisão decretada, a dar explicações a Moraes — que também é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) — sobre a atuação do órgão.

A Folha revelou que a PGR ampliou no dia do segundo turno o número de abordagens a ônibus, descumprindo uma decisão do TSE que havia proibido operações que envolvessem transporte público.

Também no dia pleito, Silvinei pediu votos para Bolsonaro nas redes sociais. Publicou uma imagem da bandeira do Brasil com as frases "Vote 22, Bolsonaro presidente". Depois apagou a postagem. A operação desta quarta

contou com o apoio da Corregedoria-Geral da PRF, que determinou ainda a oitiva de 47 policiais rodoviários federais.

De acordo com a PF, integrantes da Polícia Rodoviária Federal teriam direcionado recursos humanos e materiais com o intuito de dificultar o trânsito de eleitores no dia 30 de outubro do ano passado. Os crimes apurados teriam sido planejados desde o início daquele mês.

No segundo turno, foi realizado patrulhamento ostensivo e direcionamento principalmente ao Nordeste, região com eleitorado mais favorável ao hoje presidente Lula (PT).

Os fatos investigados configuram, em tese, os crimes de preparação e violência política previstos no Código Penal. São também apurados crimes listados no Código Eleitoral como de impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio e ocultar, sonegar, açambarcar ou recusar no dia da eleição o fornecimento, normalmente a todos, de utilidades, alimentação e meios de transporte, ou conceder exclusividade dos mesmos a determinado partido ou candidato.

A operação foi batizada de Consultação Cidadã, referência ao texto constitucional promulgado em 1988 que garante o direito universal ao voto.

Mensagens em posse da Polícia Federal indicam que Silvinei ordenou um policiamento direcionado contra eleitores de Lula no segundo turno. As conversas são parte dos elementos utilizados pela PF para solicitar a prisão.

A PF citou um conversa entre Adiel Pereira, então coordenador de Análise de Inteligência da PRF, e o policial Paulo César Botti Alves. No diálogo, Adiel critica Silvinei, que, diz ele, teria falado em uma reunião de gestão antes da eleição sobre a necessidade de "policiamento direcionado".

A mensagem, aponta a PF, corrobora as suspeitas e "os elementos de prova que indicam as ações policiais visando dificultar ou mesmo impedir eleitores de votar".

Para esclarecer os fatos so

bre o direcionamento do policiamento, a PF ouviu nesta quarta os policiais que participaram da reunião, em que Silvinei teria solicitado a ação. O objetivo das audiências simultâneas, diz a PF, é "evitar uma combinação de versões". O ministro Alexandre de Moraes cita a necessidade de ouvir os policiais como motivo para conceder o pedido de prisão de Silvinei feito pela PF. Na decisão, o magistrado disse concordar com posicionamento da PF de que havia risco às investigações com a permanência em liberdade, já que "é muito provável que haja uma reverência de tais policiais" ao ex-diretor-geral.

O ministro também destaca que dois ex subordinados são suspeitos de mentir em depoimentos sobre os fatos. Dados do Ministério da Justiça também indicam que Silvinei omitiu a CPI do 8 de janeiro mais de 200 pontos de fiscalização da PRF no dia do segundo turno da eleição.

Ao tentar rebaixar a suspeita de uso político da corporação em prol de Bolsonaro, ele informou que a PRF tinha atuado em 694 locais. Números do ministério, porém, indicam que a quantidade de pontos de fiscalização foi bem superior, totalizando 911.

Enquanto o Ministério da Justiça, já sob o comando de Flávio Dino (PSB), identificou 296 pontos de fiscalização no Nordeste em 30 de outubro, Silvinei informou à comissão que a PRF tinha atuado em 694 locais. Números do ministério, porém, indicam que a quantidade de pontos de fiscalização foi bem superior, totalizando 911.

Silvinei teve uma gestão marcada por crises, como a iniciada pelo assassinato de Genivaldo de Jesus, em Sergipe, em 2022. Recentemente concluído, o processo administrativo disciplinar recomendou a demissão de três agentes rodoviários.

Natural de Santa Catarina, o ex-diretor-geral da PRF tomou posse no cargo com a nomeação de Anderson Torres — outro dos principais aliados de Bolsonaro — para o Ministério da Justiça.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 4